



Relatório - VIII Fórum da Internet no Brasil - Goiânia/GO

a. Informações básicas sobre o Workshop

1. Atividade: Políticas de inclusão digital, novas formas de exclusão e os usuários finais: um panorama do cenário brasileiro - <http://minhaagenda.nic.br/detalhes/948>

2. Tema: Quatro anos após a conclusão do PNBL, maior política pública federal para expansão do acesso à Internet no Brasil, ainda não houve a consolidação de uma nova política estrutural no país. E embora o número de usuários e domicílios conectados venha aumentando consideravelmente na última década, o debate sobre inclusão digital deve continuar ativo. O workshop pretendeu, ao realizar um panorama das políticas sobre o tema após o PNBL, avançar no debate sobre acesso qualitativo à Internet.

3. Formato: Debate

4. Proponentes e coproponentes:

» **Guilherme Alves da Silva** - masculino - Curitiba/PR - guilherme7alves@hotmail.com - Youth Observatory - Terceiro setor

» **João Éder Furlan Ferreira de Souza** - masculino - Marília/SP - joao.eder@uenp.edu.br - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) - Comunidade científica e tecnológica

5. Debatedores:

» **Rosauro Leandro Baretta** - masculino - Planalto/PR - Redetelesul - Empresarial
Minibiografia: Graduado em Sistemas de Informação é Empresário na área de Telecomunicações desde 2002, desde então tem participado ativamente dos eventos do setor, e a partir de 2016 é Presidente da Redetelesul - Associação dos Provedores de Internet do Estado do Paraná.



» **Marcos Urupá** - masculino - Brasília/DF - Intervezes - Terceiro setor

Minibiografia: Marcos Urupá é jornalista e advogado. É coordenador do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. É pós-graduado lato-sensu pela Fundação Escola de Sociologia e Política - FESPSP em Gestão e Políticas Públicas; mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília e doutorando da linha de Políticas de Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB. É membro do Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom/UnB e do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da UnB - Getel.

» **Artur Coimbra de Oliveira** - masculino - Brasília/DF - Procurador federal - Governamental

Minibiografia: Bacharel e mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da Universidade de Brasília. Foi Especialista em Regulação na Anatel e, atualmente, é Procurador Federal. Foi assessor na Procuradoria da Anatel (2008), na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2009) e no Gabinete Pessoal do Presidente da República (2010), ocasião em que participou do grupo formulador do Programa Nacional de Banda Larga.

» **Winston Oyadomari** - masculino - São Paulo/SP - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) - Comunidade Científica e Tecnológica

Minibiografia: Bacharel em Administração Pública pela FGV-SP, Analista de Pesquisas e Coordenador da Pesquisa TIC Domicílios no Cetic.br.

6. Moderador:

» **Guilherme Alves da Silva** - masculino - Curitiba/PR - Youth Observatory - Terceiro setor

Minibiografia: Jornalista formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrando em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisa usos e não-usos de tecnologia, inclusão digital e políticas públicas. Chefe da Comissão Editorial do Youth Observatory. Fez parte da 4a. Escola de Governança da Internet (2017) e foi bolsista dos programas Youth@IGF (2016 e 2017) e Youth@ForumBR (2016) do CGI.br.

7. Relator:

» **João Éder Furlan Ferreira de Souza** - masculino - Marília/SP - Universidade Estadual do Norte do Paraná - Comunidade científica e tecnológica

Minibiografia: Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Direito



Constitucional pelo Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, em convênio com a Universidade Estadual do Norte do Paraná. Advogado. Assessor jurídico da Agência de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Professor substituto na graduação em Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná e na pós-graduação em Direito Empresarial e Tributário do Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM). Egresso da 1ª turma do Curso Jurídico e da 3ª turma do Curso Intensivo da Escola de Governança da Internet (EGI). Membro do Observatório da Juventude para a Internet (Youth Observatory) e da Internet Society (ISOC).

b. Estruturação do workshop

1. Objetivos e resultados:

» **Objetivos propostos:** O workshop pretendeu, em primeiro lugar, realizar um panorama das políticas públicas de inclusão digital no Brasil após a conclusão do Plano Nacional de Banda Larga, realizado entre 2010 e 2014. Ao trazer as opiniões de representantes de diferentes setores, objetivou-se entender como o hiato nesse tipo de política é avaliado e como a possibilidade de novas políticas é vislumbrado, inclusive pautando questões regulatórias, como o Projeto de Lei 79/2016, que propõe alterações na Lei Geral de Telecomunicações. O Marco Civil da Internet, aprovado em 2014, também é um importante objeto de discussão, principalmente por trazer a Internet como essencial ao exercício da cidadania. Avaliar o papel desempenhado pelo Programa Brasil Inteligente, lançado em 2016, e do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações, lançado em 2017, é um objetivo colateral.

Também almejou-se tratar da sensível expansão no acesso à Internet no Brasil no contexto pós-PNBL, como aponta a série TIC Domicílios. O objetivo foi de entender que outras possíveis formas de exclusão digital surgem entre pessoas que já são usuárias da rede, considerando questões como acesso a dispositivos e qualidade de conexão, mas também de alfabetização digital. Entendendo que o acesso e o uso da rede são marcados pelas desigualdades sociais que pré e coexistem com a Internet, principalmente de ordem econômica e cultural, a ideia foi discutir que papel futuras políticas de inclusão digital podem ter na busca por equidade de oportunidades de transformação social a partir do uso da Internet. Por fim, teve-se como objetivo estimular a reflexão da comunidade brasileira de Governança da Internet sobre o papel, hoje, do debate de inclusão digital.

» **Resultados pretendidos:** O workshop pretendeu ser um espaço do fórum em que o debate sobre inclusão digital fosse atualizado, afirmando sua importância mesmo em um cenário de expansão crescente da banda larga. Ao buscar identificar outras formas possíveis de exclusão após o acesso à tecnologia, pretendeu-se olhar para o presente e para o futuro dos usos da rede, entendendo o papel perene das políticas públicas e da cooperação multissetorial em sua formulação. Além disso, buscamos



reacender a discussão sobre as políticas públicas sobre o tema no Brasil, identificando lições das políticas passadas e oportunidades no cenário atual.

2. Justificativa em relação à governança da Internet: A análise da série histórica das pesquisas desenvolvidas para identificar o modo pelo qual se desenvolve a Internet no contexto brasileiro (a exemplo da TIC Domicílios) permite afirmar que o número de usuários e terminais cresce vertiginosamente a nível nacional (atingindo, segundo a edição mais recente, 54% dos domicílios brasileiros conectados). Entretanto, mais usuários ou dispositivos conectados não implicam automaticamente em maior inclusão. O caráter heterogêneo de aumento dos indicadores permite destacar que estão vinculados a fatores como, por exemplo, a rápida expansão do acesso móvel em detrimento da estabilização do acesso fixo e a adoção de políticas de zero rating oriundas de parcerias entre provedores de conexão e determinados aplicativos. Questões como o alto custo da conexão de qualidade, a baixa atratividade econômica de determinadas regiões, a imposição de franquias em banda larga móvel/fixa, o regime de prestação do serviço de conexão à Internet etc são centrais na discussão sobre o modelo ideal de expansão da infraestrutura de telecomunicações. Isso significa que os modelos de desigualdade tradicionalmente pré-existentes em países como o Brasil estão diretamente relacionados a diferentes formas de brechas, que se transfiguram com a realidade de expansão do acesso às TICs, como mencionado. O tema se mostra relevante pois em 2017, o relatório Paths to Our Digital Future (Internet Society) identificou novas brechas digitais, surgidas à medida que a brecha de acesso se torna menor, como uma das três principais áreas de impacto no desenvolvimento da Internet nos próximos 5-10 anos, ao lado de questões relacionadas a mídia e conteúdo e as que envolvem liberdades pessoais e direitos sociais. O documento destaca que a desigualdade no acesso qualitativo à rede, permeado pelas desigualdades sociais pré e coexistentes com as brechas digitais, irá impactar significativamente as políticas públicas nos países e os próximos rumos da Governança da Internet.

3. Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o workshop:

» **Metodologia adotada:** Nos 5 min. iniciais foram apresentados metodologia e convidados. Foi proposto um grande bloco de discussão a partir de duas temáticas: “Panorama das políticas de inclusão digital”, em que os convidados debateriam como o Brasil tem avançado ou não no tema, considerando o cenário pós-Programa Nacional de Banda Larga (2010-2014) e identificando, ainda, que questões relevantes surgiram com a experiência daquela política; e “Pensando os usuários finais: novas formas de exclusão na expansão da banda larga”, em que o objetivo era pensar o debate sobre inclusão digital à luz das taxas crescentes de uso, procurando identificar que outras formas de exclusão podem surgir e como as políticas públicas podem atuar para diminuí-las. Cada convidado teve 10 min. para exposição, com sessão de perguntas de 30 min. e, ao final, mais 3 min. para comentários finais de cada



convidado.

» **Forma de participação adotada:** A audiência, tanto remota quanto presencial, foi estimulada a participar tanto pelos microfones disponibilizados no auditório quanto pelo aplicativo do Fórum da Internet.

c. Transcrição dos debates:

Moderador (Guilherme Alves da Silva): O moderador inicia a atividade se apresentando e agradecendo a presença dos participantes. Passa a palavra para o relator para que se apresente e faça os devidos agradecimentos. Após, introduz a proposta do workshop, fazendo referência às relações entre acesso e uso das tecnologias de comunicação e informação, bem como a indicação da permanência de desigualdades no tocante a tal temática, trazendo dois pontos para serem discutidos: o primeiro, o panorama de políticas de inclusão relacionadas aos 4 anos após o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga), e, em segundo lugar, a avaliação das diferentes formas de desigualdade que surgem após o acesso, ou seja, o que precisa ser considerado para elaboração de novas formas de inclusão. Após, informou a valorização sobre a busca de paridade de gênero nas composições dos painéis, que não pode ser atingida na atividade em face das substituições de última hora na atividade, sugerindo que as mulheres na audiência trouxessem seus pontos de vista sobre o tema durante o debate. Passou, finalmente, à apresentação dos componentes da atividade, para então entregar a palavra ao primeiro debatedor, Winston Oyadomari.

Winston Oyadomari: Inicia introduzindo a edição recém-lançada da TIC Domicílios 2017, informando que sua apresentação terá quatro pontos principais. Apresentou dados da pesquisa, informando sobre objetivo, abrangência, a composição dos mais de 40 indicadores e o método da coleta. O primeiro dos quatro pontos é sobre como está o acesso à Internet nos domicílios brasileiros, dizendo que a primeira conclusão é de que referido acesso cresceu bastante nos últimos anos, mas associado à uma lógica de desigualdade socioeconômica muito grande, sendo que a Internet caracteriza-se como um serviço que chega aos municípios que podem pagar, fazendo com que o preço seja uma razão de não-conexão muito presente. A segunda dimensão de desigualdade relevante é relativa às áreas rurais, informando que existe um crescimento ao longo dos anos mas que ainda há uma diferença significativa em relação às áreas urbanas. Por outro lado, tanto na região norte quanto nas classes D e E a maioria dos domicílios estão conectados via conexão móvel, o que demonstra que o crescimento das conexões não se dá somente por conexão fixa, mas que ainda a conexão móvel ainda é bastante relevante em dito aumento de conectividade. O segundo ponto apresentado informa que o avanço em relação ao uso é inegável, introduzindo uma terceira dimensão de desigualdade que



seria a faixa etária, informando que até os 44 anos o uso da Internet é muito maior do que aquela entre os 45 e 60 anos, por exemplo. O terceiro ponto diz respeito ao dispositivo de acesso, tudo para facilitar o entendimento de como a Internet é utilizada pelos usuários. O debatedor informa que hoje em dia é raro encontrar alguém que não use a Internet pela via móvel, ao passo em que os dados indicam que as pessoas estão deixando de usar os computadores. A lógica dos dispositivos também seguem indicadores de importante análise, ao passo em que o uso de somente telefone celular se mostra mais presente nas camadas de desigualdades encontradas nos pontos anteriores. Apresentando alguns destaques do terceiro ponto, o debatedor informa que os indivíduos acessam mais conteúdo nos domicílios em que está presente a banda larga fixa do que a banda larga móvel. Em segundo lugar, os indivíduos que combinam o uso de computador e celular consomem conteúdo em uma frequência maior do que aqueles que usam apenas um tipo de dispositivo. Em terceiro lugar, usuários que utilizam o telefone celular não são iguais entre si, ficando evidente pelos dados que aqueles que informam que não usam wi-fi consomem muito menos conteúdo do que aqueles que usam rede exclusivamente móvel. Ao final, o debatedor apresenta o quarto e último ponto, que diz respeito a indivíduos que utilizam aplicações que dependem da Internet e que ao mesmo tempo informam que não usam a Internet, mas mesmo assim utilizam tais aplicações, fazendo referência a usuários que poderiam estar em “jardins murados”, sendo possível realizar a medição de dito efeito ao passo em que tais usuários, mesmo que informem não utilizar a Internet, ainda fazem efetivamente o seu uso, mesmo que não tenham tal discernimento. Ressalta que o debate é conceitual, e importante pela verificação de todas as dinâmicas de desigualdade anteriores também neste cenário.

Moderador: Ressalta a importância da discussão e dos dados, passando a palavra para o segundo debatedor, Artur Coimbra de Oliveira.

Artur Coimbra de Oliveira: Agradece o convite da organização do Fórum, e diz que pretende realizar uma breve digressão das últimas políticas de banda larga do Brasil, na realidade da única grande política que se tem, o Programa Nacional de Banda Larga, como ele evoluiu e pra onde deve evoluir, além das lições aprendidas no processo. Informa que o PNBL foi construído a partir de 2009/2010 por meio de um processo participativo, com metas definidas, dezenas de ações e instrumentos para execução, com foco voltado à redução de custos do acesso, lançando mão de vários instrumentos. Reativou-se a Telebrás, empresa atacadista de redes, para competir com redes privadas e trazer o preço em áreas monopolistas para baixo; desenhou-se uma política industrial com benefícios fiscais e reduções tributárias; foram fixados termos de compromisso com as principais concessionárias de telefonia fixa por meio das quais se comprometiam a levar banda larga a baixo valor a municípios brasileiros, além de outras mudanças institucionais e regulatórias para redução de custos e melhoria do



ambiente microeconômico para prestação de serviços, como o Plano Geral de Metas e Competição da ANATEL. Diz que todo o PNBL foi traçado em uma dinâmica de ampliação da fronteira de eficiência do mercado, reduzindo-se os preços e a margem média de lucros dos provedores, aumentando-se o número de provedores regionais, ao ponto que o Programa passou a demonstrar sinais de esgotamento. Informou que o próximo passo seria uma nova política de conectividade centrada em expansão de infraestrutura, ou seja, implantar rede onde não existe rede, como por exemplo levar backhauls de banda larga para cidades que não possuem. O problema dessa nova política de telecomunicações, diz o debatedor, é que os instrumentos que ela pode utilizar são ainda relativamente pouco consolidados. Um exemplo é o PLC 79, que permite a desinstalação de milhares de orelhões e a sua troca por investimentos em banda larga. Outro instrumento é o termo de ajustamento de conduta que a ANATEL vem tentando firmar com operadoras que descumprem a legislação setorial, aplicando-se uma multa que será convertida em obrigações de investimento em áreas de baixa rentabilidade. Outra iniciativa, ainda, são os leilões de rádio-frequência, ainda que não existam frequências de imediata disponibilidade para serem leiloadas. O debatedor destaca que o FUST ainda foi utilizado muito pouco, sendo que se trata de um fundo que ainda não está preparado para a realidade da banda larga. O debatedor diz que a dificuldade da nova política de telecomunicações é justamente a dificuldade nos instrumentos para execução da nova política. Sabe-se o que quer, como fazer, mas não existem ainda instrumentos para operacionalização. Caminhando-se para o fim da exposição, o debatedor cita erros que foram cometidos e que não se pretendem repetir na adoção das novas políticas. O primeiro erro é procurar realizar as políticas públicas, sociais e de inclusão digital por meio de gasto, evitando sua realização por meio de benefícios fiscais e/ou isenções tributárias, por se tratar de uma via mais eficiente ao focalizar um grupo específico a ser atendido. Como exemplo negativo de política por meio de isenção, diz que a isenção de PIS/COFINS a smartphones encontrou um problema ao beneficiar setores além daqueles que deveriam ser focalizados, beneficiando o “pobre” a um custo muito alto. Por outro lado, como exemplo de política positiva efetuada por meio de gasto, traz o exemplo da compra de capacidade satelital para fornecimento de acesso à áreas não contempladas por acesso, como postos de fronteira, escolas indígenas, rurais, aldeias, quilombos, cooperativas etc. O segundo erro, lembra o debatedor, é na definição da clareza e foco do objetivo da política a ser adotada, focando-se em sua única consecução, lembrando que o PNBL tinha vários objetivos que se buscassem atender a todos, nenhum seria atendido. Por fim, lembra a necessidade de se buscar uma maior simplicidade institucional do que realizado em outros programas muito complexos.

Moderador: Agradece, passando a palavra para o terceiro debatedor, Rosauro Leandro Baretta.

Rosauro Leandro Baretta: Inicia agradecendo e se apresentando. Apresenta a missão da Redetelesul,



organização da qual é presidente. Informa a presença de provedores regionais em 100% dos municípios paranaenses, dizendo se tratar de, talvez, o estado com municípios mais conectados via fibra óptica. Informa dados de conectividade e infraestrutura dos associados da Redetelesul. Passa, então, a apresentar alguns dos pontos que entende serem necessários de adoção após o Programa Nacional de Banda Larga. Inicia dizendo que um dos itens que mais impactam na difusão da Internet no Brasil é a carga tributária, variando de 20% a 45% do custo, assemelhando-se à carga tributária de uma bebida, por exemplo, de tal sorte que o imposto é um dos fatores que impedem os pequenos provedores de Internet de crescer, a exemplo de pequenos provedores que superem a quantidade de faturamento autorizado para enquadramento no Simples nacional, o que inviabilizaria a sua atividade. A situação do financiamento, por outro lado, também é importante na visão do debatedor, no sentido de facilitar o acesso à linhas de crédito mais baratas, ao mesmo tempo em que a impossibilidade de oferecimento da carteira de clientes de um determinado pequeno/médio provedor como garantia real dos financiamentos configura situação de discriminação das empresas em relação a outras de maior porte que efetivamente o fazem. A seguir, cita o exemplo das empresas públicas, citando o caso da Copel, empresa pública paranaense, dizendo que o acesso às redes de fibra óptica das empresas públicas seria muito importante para evitar investimentos desnecessários em infraestrutura e seu redirecionamento ao acesso do usuário final. Finalizando a apresentação, cita o incentivo à contratação dos provedores regionais como muito importante, uma vez que aquilo que arrecadam seria reinvestido na própria região de seu atendimento.

Moderador: agradece, lembrando ao público sobre a possibilidade de envio das perguntas pelo aplicativo do Fórum e, logo em seguida, passando a palavra para o último debatedor Marcos Urupá.

Marcos Urupá: Faz os agradecimentos e cumprimentos à mesa. Informa que realizou pesquisa no âmbito do PNBL, especificamente no sentido da banda larga popular. Diz que chegou à conclusão da necessidade de questionamento do elemento chamado política pública, pois todas as iniciativas realizadas até então foram colocadas para se dialogar com o setor privado. O primeiro elemento que o fez chegar a tal conclusão é que o governo fez a opção de limitar em R\$ 35 a banda larga popular, ao passo em que a análise das metas e pontos a serem alcançados, inclusive os termos de compromisso, que não são necessariamente obrigações, permite entender que a opção do PNBL foi de entregar à iniciativa privada a execução de uma política pública. O segundo elemento é a não clara alocação dos recursos, havendo um investimento indireto que, entretanto, não atacou o preço, mas tão somente a garantia de aquisição de equipamentos e melhoria de infraestrutura, por exemplo, sendo que o preço é crucial para que as pessoas não tenham banda larga. O terceiro elemento é a inexistência de uma coordenação maior do que seria uma política de inclusão digital, dado inclusive apresentado pelo TCU



em recente relatório. Voltando ao primeiro ponto trazido pelo debatedor, como todas as iniciativas até então não atacaram a questão do preço, existem dois graves problemas que transversalizam tais políticas: o primeiro é a infraestrutura, sendo que ela não chega a todas as pessoas da devida forma; ao mesmo tempo em que o segundo problema é o preço, inclusive apontado como o primeiro elemento para as pessoas não terem acesso à banda larga, como definido pela pesquisa TIC Domicílios. Dados internacionais divulgados na Reunião Plenipotenciária da UIT pela Web Foundation, por outro lado, dão conta de que a nível mundial tem havido a queda do acesso, sobretudo pela incidência do preço. Ao mesmo tempo, não se consegue questionar a qualidade da conexão, visto que o celular, apesar de ter popularizado o acesso às TIC, reveste-se de um acesso precário, pois suas dificuldades não permitem que seja caracterizado como uma conexão que venha a garantir efetivamente a plenitude da inclusão digital do cidadão. O debatedor informa, em relação aos dados trazidos pela Web Foundation, que o problema de custo da conexão se dá pelas desigualdades sociais, elemento central pois o preço impacta no orçamento de uma determinada família de baixa renda. Tais variantes acabam por colaborar na criação dos contingente de excludentes digitais a nível brasileiro. Voltando a tais dados, o debatedor ressalta que o mesmo plano de dados impacta de formas diferentes a renda de usuários oriundos de estratos sociais distintos. Ressalta que o mercado tem seu papel, sua função, e deve existir, ao passo em que o que tem feito diferença são as opções governamentais realizadas ao longo da história, trazendo o exemplo da Argentina de dar subsídios para conexões em áreas remotas, bem como o exemplo da Austrália, além do Navega Pará, no Brasil, que foi uma política pública de ampliação da ramificação do backhaul da Eletrobrás até as cidades polo das regiões e, a partir daí, criar backbones de possível comercialização pela Eletrobrás tanto para usuários finais, tanto para o atacado, sendo um exemplo de política pública que expandiu a rede sem necessariamente delegar à iniciativa privada. Finalizando, lembra ser necessário diferenciar as opções entre privilegiar o aspecto privado e o aspecto público de inclusão digital, trazendo exemplos como o PLC 79, que transfere uma modalidade de concessão de grandes majors do setor de telecomunicações para o modelo de autorização, sendo que ao fundo há a possibilidade de realizar a separação entre infraestrutura e serviços, mantendo a primeira na modalidade de concessão e a segunda no regime misto, público ou privado. Com o argumento de que a telefonia fixa não é mais rentável, o debatedor diz que realiza-se uma privatizaçã daquilo que já foi privatizado, sem a devida clareza daquilo que se está por trás. Outro elemento é o PERT, plano estrutural de redes gerido na ANATEL, onde não se observa uma indicação de como a Telebras entraria no mercado, por exemplo, que teria papel importante na inclusão digital brasileira. O debatedor, por fim, informa que não foi possível resolver historicamente dois problemas perenes nos 10 anos de políticas de inclusão digital: a questão do preço e como garantir a infraestrutura em áreas efetivamente remotas, ao passo em que a iniciativa privada não deu conta de resolver tal situação, e há a dúvida de que ela o daria nesse momento.



Moderador: agradece, questionando a equipe de apoio metodológico pelas perguntas da audiência remota, abrindo também para o primeiro bloco dos questionamentos da plateia.

Pergunta remota - Anônimo, tendo como destinatária a Mesa: gostaria de saber dos palestrantes, como ficará o Projeto Banda Larga, bem como a Telebras com o novo governo em 2019.

Pergunta presencial - Florence - Internet sem Fronteiras, tendo como destinatário Rosauro e Artur: entende ser interessante o debate, perguntando sobre o impacto da instalação de novos cabos submarinos para o preço e o acesso e quais as oportunidades em termos de redução de preços e, ao mesmo tempo, para o projeto de universalização do acesso.

Pergunta presencial - Luiza - IRIS, tendo como destinatário Artur e Winston: diz ser importante a provocação do Guilherme sobre questões de inclusões e exclusões de gênero além de outras minorias, perguntando como se está fazendo para levar inclusão digital, tendo em vista que entende que inclusão digital não diz respeito somente ao acesso, e se aumentar o acesso faz crescer o otimismo ou pensar que existem mais responsabilidade para levar uma Internet livre, plural e diversa para que as pessoas possam desenvolver todas as potencialidades que a rede significa.

Rosauro: respondendo à pergunta de Florence, informa que o cabo submarino vai trazer uma melhoria na qualidade da conexão entre Brasil e Europa, sobretudo no que se refere ao tempo de conexão (latência), ajudando na distribuição da qualidade do acesso, não necessariamente passando o acesso pelos Estados Unidos da América. Por isso, entende que o impacto do cabo submarino no custo será pequeno, uma vez que o custo fundamental é o da infraestrutura dentro do território brasileiro, e não a nível internacional.

Artur: respondendo à pergunta remota, informa que a banda larga continuará sendo prioridade, com foco em diminuir a telefonia fixa como prioridade e aumentar o papel da banda larga no direcionamento de recursos e custos, tendendo a se fortalecer os programas de banda larga no novo governo. Em relação à Telebras, informa sobre o satélite lançado em maio de 2018, que cobre o território brasileiro e que é controlado pelo governo brasileiro, o que sinaliza o fortalecimento de tais políticas no futuro próximo. Sobre a questão do cabo submarino, confirma o que Rosauro disse sobre confiabilidade, resiliência e segurança das informações trocadas, sendo que o preço vai ser muito pouco influenciado, uma vez que a maior parte dos custos está vinculada a redes de transporte e redes de acesso a nível nacional. Sobre a pergunta da Luiza, está de acordo que acesso não é sinônimo de



inclusão digital, sendo que o acesso é uma condição essencial para inclusão digital, mas não é a única, informando sobre programas governamentais de telecentros, cidades digitais, de aumento de confiança entre população e as tecnologias, de centros de condicionamentos de computadores entre outros que atuam nestas condicionantes.

Winston: concorda que acesso não é inclusão, dizendo que ainda há muito mais a se falar sobre a questão, pensando em habilidades, atividades etc, questionando para que serve dar o acesso às TIC, lembrando que um texto publicado na TIC Domicílios de 2015 fala de quatro grandes dimensões, nas quais o debatedor se guia por três, pensando o acesso à Internet e a tecnologia como promotora de direitos, de promoção de ambiente de inovação e do acesso à informação pública. Ressalta ser importante permanecer sempre realizando tal questionamento, de forma a pensar na tecnologia por si só.

Marcos: entende que a questão governamental será incógnita, mas concorda ser um elemento central para entender como será o futuro das políticas de inclusão digital. A renúncia do ICMS ou renúncia fiscal é necessária mas pode não resolver o problema da inclusão digital se não vier casada, por exemplo, com uma política de metas ou de quais objetivos atingir. Não se tem garantia de como se dará na ponta efetivamente o preço para o usuário final, por exemplo. Além disso, o elemento de transparência sobre o preço que as operadoras pagam é importante para o debate. O debatedor ressalta quatro elementos combinados que garantem o direito à comunicação online: o acesso, a apropriação tecnológica, a diversidade, pluralismo e a liberdade de expressão. Tais elementos não podem sofrer interferências negativas, e combinados representam elementos de empoderamento digital.

Moderador: passa para as próximas perguntas e encerramentos pelos painelistas nas próprias respostas.

Pergunta remota - Aloísio Azevedo, tendo como destinatário Marcos: Pede por gentileza para ele contar o case da Austrália.

Pergunta presencial - Eduardo - UFPA, tendo como destinatários a mesa e Rosauro: Pergunta se é possível auferir o número de pessoas impactadas pelos planos de zero rating (mesa), bem como se os provedores regionais da região do Paraná tem os lucros concentrados na prestação dos serviços de fornecimento de acesso à Internet ou se há a comercialização de dados dos usuários (Rosauro).

Pergunta presencial - Felipe - IRIS e Youth@Fórum, tendo como destinatário a mesa: Como se



pode entender o crescimento do acesso à Internet pelas plataformas móveis, uma vez que as plataformas utilizadas via zero rating restringe os dados circulados dentro de tais aplicativos.

Pergunta presencial - Ana Cláudia - Intervenções, tendo como destinatários Winston e Artur:

Pergunta como o uso restrito por aplicativos pode impactar um direito que está estabelecido no Marco Civil da Internet, que é a Internet como condição essencial para a concretização da cidadania, e se há uma metologia no CETIC para a separação entre dados de banda larga fixa, móvel, acessados via zero rating ou não (Winston); considerando a problemática e as perspectivas da infraestrutura a nível brasileiro, o que ele entende que deve ser feito com a infraestrutura da telefonia que foi dada em concessão para as empresas de telefonia (Artur).

Marcos: respondendo à pergunta remota, diz que a Austrália criou entre 2008 e 2010 uma empresa pública para operar, construir e vender banda larga, uma espécie de Telebras australiana que entraria no mercado como uma major, sendo uma opção de modelagem do acesso que não foi realizada no Brasil, a exemplo de outras modelagens européias. Sobre a questão do zero rating, entende que é uma forma de restrição à informação, a exemplo da impossibilidade de checagem de informações, sendo necessário, por último, repensar a modelagem regulatória brasileira, que está hoje priorizando e privilegiando a iniciativa privada em detrimento da coletividade. Encerra agradecendo o convite e as perguntas.

Rosauro: respondendo à pergunta do Eduardo sobre auferição de lucros de provedores, informa que não conhece provedores que vendam os metadados dos usuários. Entende que o governo acaba empenhando energia em algo que não há necessidade, uma vez que a concorrência brasileira é muito grande, ao passo em que cada vez maior concorrência, menor é a margem de lucro. Agradece o convite e se coloca a disposição de qualquer pessoa que precise de mais informações ou visita a provedores regionais.

Artur: respondendo às perguntas realizadas sobre zero rating, entende que ele tem a virtude de permitir o acesso sem custo imediato permitindo o acesso a mais conteúdos do que se não houvesse, mas por outro lado acaba por restringir o acesso a conteúdos em jardins murados. Em geral, os países têm tentado acompanhar de forma prudente a forma de desenvolvimento da temática, de forma a evitar questões de trust, por exemplo. O debatedor diz que existem evidências de que o zero rating acaba por aumentar a frequência e o acesso à Internet, razão pela qual acompanha-se seu desenvolvimento sem maiores intervenções de antemão. Sobre a pergunta relativa à infraestrutura de telefonia fixa, diz que se nada for feito até 2025 é o encerramento do contrato de concessão, sendo que a União deve receber



tais bens de volta e pagar pelas parcelas não amortizadas, valor estimada em 2013 ou 2014 em aproximadamente R\$ 17 bilhões. Considerando a perda de relevância cada vez maior da telefonia fixa, não entende ser muito recomendável a manutenção da situação como está, sendo que antes de terminada a concessão entende que o ideal seja que os recursos de infraestrutura (sobretudo não-essencial) sejam realocados em redes de banda larga fixa ou móvel, para aí sim atenderem a maior demanda da população, como é o caso do PLC 79.

Winston: respondendo às perguntas, diz que é difícil adotar uma metodologia para tratar frontalmente a questão do zero rating, mas que o CETIC tem mostrado estratégia de uso dos dados que possuem para tentar entender a questão como posta, a exemplo dos indicadores que trouxe na sua exposição. Diz que a realidade é muito complexa e precisa de mais indicadores, sendo que um indicador não vai conseguir abarcar tudo, convidando todos a pensar juntos a se sensibilizar pela questão e procurar formas de discutir tal temática. Após, sobre a questão do acesso móvel confrontada com o acesso fixo, levanta a questão de determinados respondentes das pesquisas considerarem que a Internet da residência, por mais que seja móvel e oriunda do celular, ainda é considerada pelo usuário como internet residencial, de tal sorte que a diferenciação de cada tipo de acesso é fundamental para a acurácia dos dados.

Moderador: agradecendo aos convidados e presentes, encerra dizendo que, como previsto, o debate não tem como ser encerrado, ressaltando que é importante a manutenção da discussão ativa para, por exemplo, tentar sair da questão somente do acesso, a exemplo da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do CGI.br, ao mesmo tempo que é importante que a comunidade mantenha espaços de discussão e formulação de propostas para a evolução da discussão no tema.

d. Sistematização dos debates finais:

Manifestação	Conteúdo	Consenso ou dissenso	Pontos a aprofundar
Posicionamento	O debate da inclusão digital é necessário frente às novas e diferentes formas de acesso	Consenso	Aprofundar, com foco no usuário, os diferentes tipo de uso e habilidades, de forma a entender o que compreende inclusão
Posicionamento	Melhoria da qualidade da conexão realizada por cabos submarinos que liguem diretamente Brasil e Europa	Consenso	O tamanho do impacto na qualidade, confiabilidade, resiliência e segurança da conexão, sobretudo quanto à



			latência
Posicionamento	Redução de custos pela instalação de novos cabos submarinos que liguem diretamente Brasil e Europa	Dissenso	O real impacto de tais cabos nos custos operacionais dos médios e pequenos provedores
Posicionamento	Acesso às TIC não é sinônimo de inclusão digital	Consenso	Como entende-se que o acesso é condição essencial para inclusão digital, mas não a única, é necessário entender o papel de programas governamentais que atuem nestas condicionantes
Proposta	É necessário entender para que serve dar o acesso às TIC, e o que se faz com a apropriação pelos usuários da tecnologia	Consenso	Dados e produção/criação de indicadores que efetivamente reflitam a complexidade da questão
Posicionamento	A questão governamental (do novo governo) é incôgnita, mas fundamental para o entendimento de como será o futuro das políticas de inclusão digital	Consenso	É necessário que as políticas de inclusão digital sejam entendidas do ponto de vista público, e não somente privado
Posicionamento	O instituto de zero rating restringe o acesso à informação, a exemplo da impossibilidade da checagem de informações	Consenso	É necessário que se acompanhe de forma prudente o desenvolvimento do tema, sobretudo para evitar o privilégio da iniciativa privada em detrimento da coletividade, como, por exemplo, evitando questões de formação de trust
Posicionamento	Necessidade de modificação da situação da telefonia fixa em vista do conteúdo do PLC 79	Dissenso	A relevância da telefonia fixa, as formas de incentivo ao desenvolvimento da banda larga e a destinação dos bens relativos à infraestrutura de telefonia fixa